

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
(ANATEL)

CARGO 1: ANALISTA ADMINISTRATIVO – ESPECIALIDADE:
ADMINISTRAÇÃO

PROVA DISCURSIVA
DISSERTAÇÃO

APLICAÇÃO: 14/9/2014

PADRÃO DE RESPOSTA

Espera-se que o candidato redija texto dissertativo acerca dos tipos e características dos princípios gerais e específicos que fundamentam a atividade de planejamento.

Princípios gerais:

- **princípio da contribuição aos objetivos** – o planejamento deve, sempre visar aos objetivos máximos da empresa; no processo de planejamento, devem-se hierarquizar os objetivos estabelecidos e deve-se procurar alcançá-los em sua totalidade, dada a interligação entre eles;
- **princípio da precedência do planejamento** – corresponde a uma função administrativa que vem antes das outras (organização, direção e controle); pode-se considerar que, de maneira geral, o planejamento “do que e como vai ser feito” aparece na ponta do processo; como consequência, o planejamento assume maior importância no processo administrativo;
- **princípio da maior penetração e abrangência** – o planejamento pode provocar uma série de modificações nas características e atividades da empresa; nas pessoas, essas modificações podem corresponder à necessidade de treinamento, substituição, transferências, funções, avaliações etc.; na tecnologia, pela evolução dos conhecimentos, pelas novas maneiras de fazer os trabalhos etc.; e nos sistemas podem ocorrer alterações nas responsabilidades estabelecidas, nos níveis de autoridade, descentralização, comunicações, procedimentos, instruções etc.;
- **princípio da maior eficiência, eficácia e efetividade** – o planejamento deve procurar maximizar os resultados e minimizar as deficiências.

Princípios específicos

- **planejamento participativo** – o principal benefício do planejamento não é o seu produto, ou seja, o plano, mas o processo envolvido e, nesse sentido, o papel do responsável pelo planejamento não é simplesmente elaborá-lo, mas facilitar o processo de sua elaboração pela própria empresa e deve ser realizado pelas áreas pertinentes ao processo;
- **planejamento coordenado** – todos os aspectos envolvidos devem ser projetados de forma que atuem interdependentemente, pois nenhum aspecto de uma empresa pode ser planejado eficientemente se o for de maneira independente de qualquer outro;
- **planejamento integrado** – o planejamento dos vários escalões de uma empresa — de médio ou grande porte — deve ser integrado; nas empresas voltadas para o ambiente, nas quais os objetivos empresariais dominam os de seus membros, geralmente os objetivos são escolhidos de “cima para baixo” e os meios para atingi-los, “de baixo para cima”, sendo este último fluxo usualmente invertido em uma empresa cuja função primária seja a servir a seus membros;
- **planejamento permanente** – condição exigida pela própria turbulência do ambiente, pois nenhum plano mantém seu valor com o tempo.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
(ANATEL)

CARGO 1: ANALISTA ADMINISTRATIVO – ESPECIALIDADE:
ADMINISTRAÇÃO

PROVA DISCURSIVA
QUESTÃO 1

APLICAÇÃO: 14/9/2014

PADRÃO DE RESPOSTA

Espera-se que o candidato redija texto dissertativo acerca da aplicação da exceção de contrato não cumprido (*exceptio non adimpleti contractus*) em contratos administrativos com a administração pública, abordando, necessariamente, os aspectos a seguir especificados.

Aplicação da cláusula *exceptio non adimpleti*

A exceção de contrato não cumprido não se aplica, em princípio, aos contratos administrativos, quando a falta é da administração. Esta, todavia, pode arguir a exceção em seu favor, diante da inadimplência do particular contratado.

Princípio da continuidade do serviço público

Fundamento para impedir a arguição por parte do particular, visto que veda a paralisação da execução do contrato mesmo diante da omissão ou atraso da administração no cumprimento das prestações a seu cargo. Nos contratos administrativos, a execução é substituída pela subsequente indenização dos prejuízos suportados pelo particular, ou, ainda, pela rescisão por culpa da administração. O que não se admite é a paralisação sumária da execução, sob pena de inadimplência do particular contratado, ensejadora da rescisão contratual.

Aplicação da exceção em face de culpa da administração

Já se aceita que a *exceptio non adimpleti contractus* seja invocada pelo particular contra a administração, embora sem a mesma amplitude com que se apresenta no direito privado. Em regra, o particular deve dar continuidade à execução do contrato, uma vez que a rescisão unilateral é prerrogativa da administração. No entanto, o particular pode pleitear a rescisão, administrativa ou judicialmente.

Essa regra admite exceção pela aplicação da teoria do fato da administração, quando sua conduta tornar impossível a execução do contrato ou causar ao contratado um desequilíbrio econômico extraordinário, que não seria razoável exigir que suportasse, pela desproporção entre esse sacrifício e o interesse público a atingir pela execução do contrato.

Um exemplo do abrandamento do rigor da inoponibilidade da *exceptio non adimpleti contractus* contra a administração está na Lei n.º 8.666/1993, que contempla alguns casos em que o particular pode invocar a exceção do contrato não cumprido, ao possibilitar, expressamente, que o particular solicite a rescisão do contrato ou suspenda seu cumprimento até a normalização da situação.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
(ANATEL)

CARGO 1: ANALISTA ADMINISTRATIVO – ESPECIALIDADE:
ADMINISTRAÇÃO

PROVA DISCURSIVA
QUESTÃO 2

APLICAÇÃO: 14/9/2014

PADRÃO DE RESPOSTA

Espera-se que o candidato redija texto dissertativo acerca das vantagens e desvantagens da implementação de um sistema de registro de preços como meio de suporte ao regime diferenciado de contratação.

Vantagens

- Redução do número de licitações a serem realizadas pela administração.
- Produção de ganhos econômicos pela ampliação da escala de fornecimento.
- Utilização por outros órgãos da administração que não apenas o licitante, o que tende a promover a redução dos preços.
- Possibilidade de solução para o atendimento de necessidades variáveis.

Desvantagens

- Possibilidade de perdas de economia de escala;
- Estabelecimento de quantitativos mínimos e máximos por fornecimento;
- Ganhos de escala advindos da conjugação de necessidades diversas em uma única licitação;
- Prática de um preço médio – o preço total obtido seria inferior se a administração se valesse de uma licitação única, fixando os quantitativos exatos que pretende adquirir;
- Desatualização dos dados;
- Existência de única solução com resultado disponível para uma pluralidade de contratações futuras;
- Risco de variações nos preços de mercado e da qualidade dos produtos.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
(ANATEL)**

**CARGO 1: ANALISTA ADMINISTRATIVO – ESPECIALIDADE:
ADMINISTRAÇÃO**

**PROVA DISCURSIVA
QUESTÃO 3**

APLICAÇÃO: 14/9/2014

PADRÃO DE RESPOSTA

Espera-se que o candidato redija texto dissertativo acerca do GESPUBLICA, a partir da revitalização feita em 2014, abordando, necessariamente, os aspectos a seguir especificados.

Fundamentos do modelo de excelência em gestão pública aplicado ao GESPUBLICA

Modelo concebido a partir da premissa segundo a qual é preciso ser excelente sem deixar de ser público.

Fundamentos e princípios constitucionais definidores: pensamento sistêmico, aprendizado organizacional, cultura da inovação, liderança e constância de propósitos, gestão baseada em processos e informações, visão de futuro, geração de valor, comprometimento das pessoas, foco no cidadão e na sociedade, desenvolvimento de parcerias, responsabilidade social, controle social e gestão participativa.

Mecanismo do sistema eletrônico de autoavaliação da gestão

Sistema eletrônico: ferramenta fácil e integrada que permite aos órgãos e entidades públicas a realização de suas autoavaliações, tendo o modelo de excelência de gestão pública como referência do estágio ideal de maturidade gerencial. A implementação do sistema de autoavaliação simplifica a visualização dos critérios de excelência, de forma a facilitar o entendimento e sua aplicabilidade como instrumento.

Sistema de pontuação e instrumentos para a avaliação da gestão pública (IAGP)

O sistema de pontuação visa determinar o estágio de maturidade da gestão da organização nas dimensões de processos gerenciais e resultados organizacionais. Os IAGP são de 250, 500 e 1000 pontos. As faixas de pontuação global são um indicativo do nível de maturidade alcançado pela gestão de uma organização.